



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III - GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES – OSMAR DE AQUINO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA**

SUZANA DOS SANTOS CIRILO

**OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A ASSIDUIDADE E O
RENDIMENTO ESCOLAR DOS/AS ALUNOS/AS DO 4º ANO DA ESCOLA
SANTINO, LOCALIZADA NO BREJO PARAIBANO.**

**GUARABIRA
2018**

SUZANA DOS SANTOS CIRILO

**OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A ASSIDUIDADE E O
RENDIMENTO ESCOLAR DOS/AS ALUNOS/AS DO 4º ANO DA ESCOLA
SANTINO, LOCALIZADA NO BREJO PARAIBANO.**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Gestão Educacional.

Orientador: Prof.^a Dr. Marcelo Saturnino da Silva

**GUARABIRA
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C578i Cirilo, Suzana dos Santos.
Os impactos do programa Bolsa Família sobre a assiduidade e o rendimento escolar dos/as alunos/as do 4º ano da Escola Santino, localizada no Brejo Paraibano. [manuscrito] / Suzana dos Santos Cirilo. - 2018.
48 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Marcelo Saturnino da Silva, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."
1. Programa Bolsa Família. 2. Educação. 3. Vulnerabilidade social. I. Título

21. ed. CDD 353.5

SUZANA DOS SANTOS CIRILO

OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA SOBRE A ASSIDUIDADE E O RENDIMENTO ESCOLAR DOS/AS ALUNOS/AS DO 4º ANO DA ESCOLA SANTINO, LOCALIZADA NO BREJO PARAIBANO.

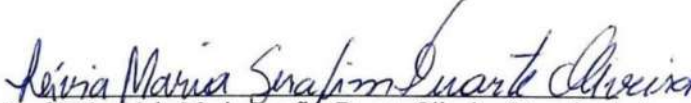
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB – Campus III, em cumprimento aos requisitos necessários para a obtenção de grau de Licenciada em Pedagogia.


Área de concentração: Gestão Educacional.

Aprovada em: 04/12/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof.º Dr. Marcelo Saturnino da Silva (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.ª Me. Livia Maria Serafim Duarte Oliveira (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Me. David Soares de Souza (Examinador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe, exemplo de mulher que sempre me apoiou e apoia e em especial a Deus por ser sempre bom para comigo, não me deixando desistir de alcançar os meus sonhos, mas me dando forças para continuar sempre, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, por ter me dado saúde e força e disposição para superar às dificuldades, por ter me proporcionado chegar nesse momento tão especial em minha vida.

A minha família, pelo apoio e motivação, em especial a minha querida mãe Maria do Socorro, uma mulher ímpar, guerreira que sempre me motivou a buscar um futuro melhor. As minhas duas e queridas irmãs e amigas, Elidiane e Tamires, pelas palavras de conforto a mim dirigidas, a minha sobrinha Lívia que, ainda no ventre, tem proporcionado muita alegria a toda a família. A vocês, agradeço por me propiciar tranquilidade e o conforto que tanto precisava para vencer esta etapa. Quero dizer que, sem a força de vocês eu não conseguiria seguir em frente.

Ao meu ex-marido, Jonas Nascimento, que sempre me deu forças, me apoiando e me incentivando. Agradeço por sua paciência e dedicação.

Agradeço as minhas colegas de curso Paulinha, Rayane, Helena e Bárbara, meu muito obrigada. Aos meus amigos e amigas, em especial Erica Monale e Edielson Ricardo, vocês foram fundamentais para minha formação, por isso merecem o meu eterno agradecimento. Que ao longo dessa jornada acompanharam de perto a realização de um sonho, bem como contribuíram para que o mesmo pudesse ser concretizado.

Aos professores/as pela paciência, incentivo, compreensão e dedicação. Especialmente ao meu orientador Marcelo Saturnino da Silva. Obrigada, por exigir de mim muito mais do que eu imaginava ser capaz de fazer.

A todos/as que, de alguma forma, colaboraram para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível, meus sinceros agradecimentos por acreditarem no meu potencial, principalmente quando nem eu mais acreditava.

A estrela mente
o mar sofisma.
De fato, o homem está preso à vida
e precisa viver
o homem tem fome e precisa comer
o homem tem filhos
e precisa criá-los
Há muitas armadilhas no mundo
e é preciso quebrá-las.

Ferreira Gullar

RESUMO

Percebendo a importância das Políticas Públicas na diminuição das desigualdades sociais ainda presentes em nossa contemporaneidade, o presente trabalho tem como objetivo verificar os impactos do Programa Bolsa Família no que tange ao acesso e permanência das crianças na escola, considerando especificamente a assiduidade e o rendimento escolar. A metodologia aplicada neste estudo configura-se como qualitativa do tipo bibliográfica, documental e posteriormente de campo. Os dados foram coletados na Escola Santino, localizada no brejo paraibano. Inicialmente fiz uma entrevista semiestruturada com a gestora da escola, em seguida apliquei um questionário com as professoras das três turmas do 4º ano, e solicitei as mesmas os diários de classe para coletar dados a respeito da assiduidade e rendimento educacional dos alunos/as. Com os pais, apliquei novamente a entrevista semiestruturada. Esta pesquisa foi embasada nas reflexões desenvolvidas por: Campello (2018), Frigoto (2010), Oliveira (2010), Silva (2007), dentre outros. O estudo permitiu concluir que o PBF tem um impacto bastante positivo na superação da pobreza, como também possibilita o acesso das crianças e adolescente a escola, porém, mesmo sendo uma das condicionalidades manter a frequência escolar mínima, os educandos faltam bem mais que os não beneficiados. Com relação ao desempenho educacional, analisei as notas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática assim, foi possível constatar que não acontece muita diferença entre quem é beneficiário ou não do programa, o nível de conhecimento é bem semelhante.

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família; Educação; Vulnerabilidade social.

ABSTRACT

Realizing the importance of Public Policies in reducing the social inequalities still present in our contemporaneity, this article aims to verify the impacts of the Bolsa Família Program on the access and permanence of children in school, specifically considering attendance and school performance. The methodology applied in this study is qualitative of the bibliographic, documentary and later field type. Data were collected at Escola Santino, located in the Parajo swamp. Initially I did a semistructured interview with the school manager, then I applied a questionnaire with the teachers of the three classes of the 4th year, and requested the same the class diaries to collect data regarding the attendance and educational achievement of the students. With the parents, I applied the semi-structured interview again. This research was based on the reflections developed by: Campello (2018), Frigoto (2010), Oliveira (2010), Silva (2007), among others. The study allowed us to conclude that the PBF has a very positive impact on overcoming poverty, as it also allows the access of children and adolescents to school, but even though one of the conditionalities is keeping the school attendance at a minimum, students lack much more than those who do not. beneficiaries. Regarding educational performance, I analyzed the notes of the Portuguese and Mathematics subjects so it was possible to verify that there is not much difference between who is a beneficiary or not of the program, the level of knowledge is very similar.

Keywords: Bolsa Família Program; Education; Social vulnerability

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 CONCEITO E HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL.....	17
2.1 Pobreza, e exclusão social no Brasil.....	17
2.2 Políticas públicas e enfrentamento a pobreza: o caso do bolsa família e educação.....	19
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	32
3.1 Entrevista com a gestora.....	34
3.2 Questionário aplicado as professoras do 4º ano.....	36
3.3 Entrevista com os pais.....	38
3.4 Desenvolvimento educacional dos alunos/as do 4º ano.....	39
3.5 Assiduidade dos alunos/as do 4º ano.....	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE.....	47

1. INTRODUÇÃO

A discussão sobre pobreza e desigualdade social está cada vez mais frequente na contemporaneidade. Existe uma preocupação social com esta situação multifacetada que é ocasionada por diversos fatores e não apenas por condições econômicas. Assim, todas as pessoas que têm acesso negado a direitos básicos, tais como saúde, educação, trabalho, moradia etc., ou que não têm participação na sociedade, serão consideradas socialmente desiguais.

Conforme Campello e Gentili (2017, p. 14) “enxergar outras faces da desigualdade no acesso a direitos, bens e serviços é refletir sobre o que aconteceu com parte relevante da população brasileira em pouco mais de uma década, marcada por profundas transformações sociais”.

Nesse contexto marcado por pobreza e desigualdade social, as Políticas Públicas surgem para tentar solucionar um problema, tanto nas condições econômicas das pessoas, quanto na saúde e educação. Os projetos são elaborados pelo Estado e têm participação da sociedade civil, já que a mesma busca uma resposta para solução daquele problema.

Um dos projetos do Estado para superação e erradicação da pobreza no Brasil é o Programa Bolsa Família-PBF. Trata-se de um programa de transferência de renda direta para as pessoas que estão em situação de pobreza extrema, objetivando a erradicação da mesma.

Para ter acesso ao benefício, as pessoas precisam estar cadastradas no Cadastro Único, registro criado pelo Estado para saber quem são e como vivem as famílias brasileiras mais pobres. Ao se cadastrarem, as pessoas indicam qual programa deseja participar, já que existem vários programas sociais que utilizam os dados do mesmo sistema. É exigido das famílias que mantenham o cadastro sempre atualizado no prazo máximo de dois anos. Lembrando que o Estado considera baixa renda as famílias que recebem até meio salário mínimo por pessoa ou que ganham até três salários mínimos de renda total por mês.

Uma das condicionalidades das famílias que recebem o PBF é manter os/as filhos/as devidamente matriculados/as na escola regular, velando pela frequência escolar dos/as mesmos, sendo que o não cumprimento dessas condições, quando devidamente notificado, pode acarretar em desligamento da família e, conseqüentemente, a sua exclusão do programa.

Considerando a importância deste programa de transferência de renda para as famílias de baixa renda, o presente trabalho tem como tema a correlação entre a participação no programa bolsa família e a garantia do acesso e permanência das crianças na escola. A escolha deste tema surgiu no âmbito da disciplina “Educação e trabalho”. Durante as aulas aconteceram vários questionamentos sobre a má distribuição de renda histórica no Brasil, isso inquietou-me,

pois, mesmo com os avanços que aconteceram com o passar dos anos, ainda existem pessoas vivendo em péssimas condições de trabalho, que são exploradas todos os dias, no bojo das sociedades Capitalistas.

Sabemos que no Capitalismo a pobreza e as desigualdades são funcionais, ou seja, há necessidade da existência das mesmas visando a geração e concentração de riqueza mediante a exploração do trabalho pelos proprietários dos meios de produção. Ocorre que tal desigualdade não se dá apenas no plano econômico, mas também em outras esferas da vida social, como é o caso da educação. No Brasil, estudiosos tem chamado a atenção para a existência histórica de uma dualidade no sistema educacional. Essa dualidade educacional limita o acesso das pessoas de baixa renda as profissões que tem maior prestígio social, restando aos jovens oriundos das famílias pobres apenas o ensino técnico. Já a classe dominante sempre foi preparada para dominar e explorar cada vez mais as classes trabalhadoras.

Assim a desigualdade social reforça-se a diferenciação de ensino que, por sua vez, legítima e reforça, ainda mais, essa mesma desigualdade. Assim, a pobreza torna-se um dos instrumentos mais eficazes na questão da dominação, pois sem acesso aos níveis mais elevados de educação formal, as pessoas acabam sendo “condenadas” aos piores trabalhos, os quais são os menos remunerados, acarretando assim a má distribuição de renda no país.

Partindo do exposto, meu objetivo com este trabalho é verificar os impactos do Programa Bolsa Família no que tange ao acesso e permanência das crianças na escola, considerando especificamente a assiduidade e o rendimento escolar. Trata-se de interrogar se as crianças, cujas famílias são beneficiárias do programa bolsa família apresentam dificuldade relacionadas a frequência escolar e, também, se o rendimento dessas crianças é inferior, igual ou superior aos das demais crianças, haja vista que, como já especificado, um dos objetivos do programa é contribuir para que crianças e adolescentes possam frequentar e permanecer na escola.

O trabalho foi guiado pelas seguintes questões norteadoras: O que são Políticas Públicas? Quais os impactos do Bolsa Família no âmbito da assiduidade e do rendimento escolar das crianças beneficiadas? Quais os objetivos do programa?

Minha hipótese é que as famílias estão preocupadas apenas em receber o Bolsa Família. Uma vez que a frequência escolar é uma das condicionalidades para o recebimento, assim, não raramente, os pais acabam depositando os filhos na escola, sem preocupação nenhuma com o desenvolvimento educacional dos mesmos. Por sua vez, a escola pública também não está preparada para trabalhar com crianças e adolescentes oriundos das classes populares. Não há uma preocupação, por parte da escola, em se modificar (em termos de tempo, espaço, conteúdos

e metodologias) visando contribuir para o efetivo aprendizado das crianças e adolescente oriundos das classes menos favorecidas.

Obrigadas a estarem numa escola que não foi preparada para elas, tais crianças e adolescentes acabam entediados/as, muitas vezes sem conseguirem progredir no aprendizado, vivenciando, dessa forma, um processo que pode ser denominado como de inclusão que exclui. Nogueira e Nogueira comentando as contribuições de Pierre Bordieu para a Sociologia da Educação, assim se expressam:

A escola cumpriria [...] simultaneamente, sua função de reprodução e de legitimação das desigualdades sociais. A reprodução seria garantida pelo simples fato de que os alunos que dominam, por sua origem, os códigos necessários à decodificação e assimilação da cultura escolar e que, em função disso, tenderiam a alcançar o sucesso escolar, seriam aqueles pertencentes às classes dominantes. A legitimação das desigualdades sociais ocorreria, por sua vez, indiretamente, pela negação do privilégio cultural dissimuladamente oferecido aos filhos das classes dominantes. (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002 p. 30).

No que tange ao grupo aqui analisado (crianças e adolescentes oriundos/as de famílias beneficiária do Programa Bolsa Família) há que se considerar o peso da herança cultural familiar, que, em muitos casos, é marcada pela pobreza e exclusão. Nessas famílias os pais em sua maioria são analfabetos e não enxergam a escola como um meio de transformação social. O Sociólogo Pierre Bourdieu, durante suas pesquisas, evidenciou que o Capital Cultural que cada criança adquiriu no seio familiar também influencia diretamente na educação escolar. Bourdieu não leva em consideração apenas o fator econômico no desempenho educacional da criança, como explicam Nogueira e Nogueira,

Em primeiro lugar, a posse de capital cultural favoreceria o desempenho escolar na medida em que facilitaria a aprendizagem dos conteúdos e códigos escolares. As referências culturais, os conhecimentos considerados legítimos (cultos, apropriados) e o domínio maior ou menor da língua culta, trazidos de casa por certas crianças, facilitariam o aprendizado escolar na medida em que funcionariam como uma ponte entre o mundo familiar e a cultura escolar. (NOGUEIRA e NOGUEIRA, 2002 p. 21)

Reforça-se mais uma vez a questão da dualidade educacional existente em nosso país, uma vez que o sistema limita os menos favorecidos social e culturalmente a determinados tipos de formação. Desta maneira, os pobres sempre terão uma educação para satisfazer as necessidades do capitalismo. Pois sem os subalternos, não existiram exploração do trabalho e, conseqüentemente, a classe dominante não teria a quem dominar.

Nesse sentido, a presente pesquisa buscou não só correlacionar a participação da família no Programa em estudo (Bolsa Família) com a variável frequência e rendimentos escolar das crianças, mas também ouvir os diversos atores: pais, mães, professores, direção escolar e outros, visando desvendar os motivos pelos quais a participação no Programa Bolsa Família, embora importante, ainda não é suficiente para a efetivação do direito à educação de crianças e adolescentes.

Para concretizar os objetivos deste trabalho fiz, num primeiro momento, uma discussão teórica sobre os seguintes temas, entendidos como conceitos nucleares nesta pesquisa: políticas públicas, bolsa família, educação, pobreza e exclusão social, tendo utilizado como suporte teórico as reflexões desenvolvidas por: CAMPELLO (2018), FRIGOTO (2010), OLIVEIRA (2010), SILVA (2007), dentre outros.

Esta primeira parte do trabalho foi constituída, pois, por uma pesquisa bibliográfica que, na concepção de Lakatos e Marconi (2003, p. 183) pode ser entendida como aquela que;

Abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 183).

Num segundo momento, realizei uma pesquisa de campo com o intuito de coletar dados reais referentes à escola. “O interesse da pesquisa de campo está voltado para o estudo de indivíduos, grupos, comunidades, instituições e outros campos, visando à compreensão de vários aspectos da sociedade” (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 189).

A coleta dos dados foi realizada mediante dois procedimentos: análise documental dos diários escolares dos professores das turmas pesquisadas e, posteriormente, entrevistas semiestruturadas junto aos educadores e questionário com os familiares dos alunos. Com relação ao primeiro procedimento, isto é, a análise documental é importante caracterizá-la e diferenciá-la da pesquisa bibliográfica, para tanto recorro a Gil (2002, p. 46) para quem,

O desenvolvimento da pesquisa documental segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas cabe considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobretudo por material impresso localizado nas bibliotecas, na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas. Há, de um lado, os documentos "de primeira mão", que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os

documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc.

No que tange as entrevistas, segundo Minayo (2001, p. 58), as mesmas “podem ser estruturadas e não estruturadas, correspondendo ao fato de serem mais ou menos dirigidas”. A autora chama a atenção para a possibilidade do/a pesquisador/a articular ambas as modalidades de entrevista, caracterizando-as como “entrevista semiestruturadas”. Tais entrevistas podem ser caracterizadas por algum nível de estruturação, uma vez que o/a pesquisador/a faz uso de um roteiro previamente elaborado, sem abrir mão da liberdade ao admitir a possibilidade de formular novas questões a partir dos dados trazidos pelos/as entrevistados/as.

Os dados quantitativos foram organizados a partir do programa Excel. Com referência aos dados qualitativos, os mesmos foram organizados e analisados tendo como critério a análise temática sugerida por Bardin (2011, p. 135) visando na descoberta do “núcleo de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, pode significar alguma coisa para o objeto-analítico escolhido”.

A pesquisa teve como lócus uma escola localizada em um pequeno município da região do Brejo Paraibano, cuja população é de 13.740 (IBGE, 2012) e tem como principais fontes de renda a agricultura, os empregos urbanos e as transferências governamentais (aposentadorias, pensões, auxílios e programas sociais). A fim de preservar a identidade dos atores, a escola será aqui denominada de Escola Santino. Segundo dados fornecidos, de forma informal, pela secretaria da escola, a instituição acolhe, atualmente, 436 alunos (distribuídos entre a pré-escola e os primeiros anos do ensino fundamental), sendo que 51% deste quantitativo são oriundos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

O foco da pesquisa são os alunos do 4º ano do ensino fundamental, os quais estão divididos em três turmas, duas das quais funcionam no turno da manhã e uma no turno da tarde. As três turmas totalizam 84 crianças o que representa 19% em relação a totalidade dos alunos atendidos pela escola. Para coletar as informações sobre a assiduidade e desempenho escolar dos educandos, fiz uma análise do diário de classe de cada turma, levando em consideração as médias das disciplinas de português e matemática do primeiro semestre. Fiz, ainda, uma planilha para os alunos que são beneficiados com o Bolsa Família e os que não são, com objetivo de averiguar possíveis diferenças no desempenho educacional dos mesmos.

A frequência escolar também foi analisada no intuito de fazer um comparativo entre os alunos beneficiários do programa e os demais. Sabendo da existência de subnotificações, no

que tange a frequência escolar dos alunos beneficiários do Bolsa Família, seja por pressões dos pais (especialmente das mães), seja por iniciativa dos agentes escolares, fiz uso da entrevista com o coletivo da escola visando acessar a percepção desses sujeitos a respeito do tema aqui investigado.

2. CONCEITO E HISTÓRICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

2.1 POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL

Na sociedade capitalista a riqueza está concentrada na propriedade privada, cujos proprietários vivem da exploração dos membros da classe trabalhadora, em um ciclo que tem como foco o acúmulo de “mais valia” teoria defendida por Karl Marx relacionada à força do trabalho.

Marx parte da noção do trabalho, entendido como um meio de humanização dos homens e mulheres. Nas palavras de Lukács (1979), citado por Lessa (2007) é o trabalho a forma primeira do ser social, é a essência do gênero humano. Portanto, todas as pessoas têm a necessidade de trabalho para realizar-se pessoalmente e profissionalmente. Porém, algumas vezes esse trabalho escraviza o homem, e em vez de humanizar, desumaniza-os. Centrado na exploração do homem pelo homem como resultado da produção capitalista, o trabalho torna-se trabalho alienado e alienante, o qual é bem caracterizado por Marx (2004, p. 82-83),

O trabalho é externo (ausserlich) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua physis e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quanto] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho.

Nessa perspectiva, a pobreza sempre estará relacionada ao sentimento doloroso que perpassa as gerações e marca a vida das pessoas de forma trágica. Porém, não limitamos o Ser pobre apenas aquelas pessoas que não tem dinheiro suficiente para manterem-se na sociedade, e sim, a todas as pessoas que tem ausências de direitos fundamentais para promoção de uma vida digna como o acesso a saúde e educação.

A figura de um indivíduo pobre está carregada de um conjunto de sensações aliadas à solidão, ao desespero, ao vazio, que muitas vezes cria repulsa naqueles que não compreendem nem vivem esta realidade. Em muitos casos, a pobreza representa a ausência de possibilidade de escolha, a radical falta de recursos ou a constante deterioração de condições de vida. No que diz respeito às necessidades básicas como a habitação, a saúde, a alimentação ou a educação, aquele que se vê afastado delas não sofre apenas uma privação, mas também uma grave diminuição dos direitos de cidadania e dos direitos humanos (FREITAS, 2010, p. 3).

Assim, a sociedade cria um perfil para as pessoas que estão em situação de pobreza, isso acaba isolando-os. Geralmente o pobre é visto como aquele que não tem nada a oferecer, que vive uma situação de humilhação, uma pessoa sem dignidade nem “*status social*”. A eles restam as profissões mais subalternas e mal remuneradas (o subemprego), quando não, o

desemprego. Tal situação traz para os indivíduos que a vivencia uma sensação de invalidez e incapacidade, de desamparo e impotência.

Historicamente a distribuição de riquezas em nosso país nunca foi igual para todos. “Ainda mais verdadeira é esta afirmação, se considerarmos que a desigualdade é a marca mais expressiva da sociedade brasileira e apresenta-se como um fenômeno multidimensional, transversal e durável” (SCALON. 2011 p. 2)

Mesmo assim, não podemos acreditar que a pobreza e a desigualdade social seja algo natural e sem solução. Quando acreditamos neste tipo de visão fatalista, acabamos reforçando a imobilidade das pessoas; acabamos reforçando a ideia de que não adianta a luta por seus direitos e, desta forma, contribuindo para um clima de desmotivação e desesperança quanto a possibilidade de construção de uma sociedade alternativa.

Neste contexto, importa referir que o problema da pobreza não é apenas uma questão geral, porque, além de ser da responsabilidade de todos, é da responsabilidade de cada um. Deste modo, deve promover-se um conjunto de políticas sociais, de forma a promover a possibilidade dos indivíduos definirem a sua vida e a participarem mais ativamente na sociedade onde estão integrados (FREITAS, 2010, p. 3).

Diante desta afirmação, percebemos a importância da participação das pessoas e dos coletivos sociais na construção das Políticas Públicas. Porém, não se trata apenas de criar um projeto e aplicar, mas sim, fazer uma avaliação do desenvolvimento do mesmo junto com a população para que a desigualdade social diminua gradativamente.

A desigualdade social ainda é muito forte no Brasil. E se apresenta de várias formas; a mesma não se resume apenas na má distribuição de renda. Uma diferença do Brasil em relação aos outros países é que em nosso país a desigualdade persiste com o passar dos anos. Sobre isto é interessante a observação de Scalon (2011, p. 51) quando o mesmo afirma:

Vários esforços têm sido feitos para combater as desigualdades e a pobreza, tanto por meio de programas sociais do Governo, como de iniciativas de organizações não governamentais e do setor privado. Entretanto, a construção de uma base para a superação das desigualdades precisa envolver parcela significativa da população, tanto na elaboração como na implementação de políticas que vão ao encontro dos interesses e necessidades dos agentes. Contudo, pouco ou nada se sabe das percepções e avaliações que a população faz, tanto da situação de desigualdade e carência em que está mergulhada, como das iniciativas realizadas para ultrapassar essa situação.

Neste âmbito, entendemos que existe uma preocupação da sociedade civil com a desigualdade social brasileira, mesmo que de forma mínima. Porém, os resultados desses esforços não são tão visíveis. A população precisa ser ouvida, ter participação ativa na elaboração dos projetos, isso aproxima o povo do governo e faz com que as pessoas que estão em situação de pobreza sintam-se mais valorizadas.

O Brasil, a partir de 2003, ainda que mantendo níveis profundos de desigualdade, começou a reverter um ciclo histórico de injustiça social, marcado pela crescente exclusão dos mais pobres e pela concentração de privilégios nos setores mais ricos da sociedade. O aumento real do salário mínimo, a crescente formalização do mercado de trabalho, a incorporação dos mais pobres ao orçamento federal, através de políticas de inclusão social e distribuição efetiva de renda, e a promoção de uma política social integrada, explicam, em boa medida, essa transformação. (CAMPELLO; GENTILI, 2017.p 11)

É importante ressaltar que a pobreza assume várias faces na sociedade, ela não se limita a distribuição de renda. O significado de pobreza vai além disso, desta forma a exclusão, a participação social, a ausência de direitos tudo isso é pobreza. Quando o um cidadão tem suas capacidades básicas negadas pelo poder público, o mesmo é conduzido à uma situação de vulnerabilidade e possivelmente a exclusão social.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E ENFRENTAMENTO A POBREZA: O CASO DO BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

No sentido etimológico, “Política é uma palavra de origem grega, *politikó*, que exprime à condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra Pública é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo”. (OLIVEIRA, 2010, p.1).

Políticas Públicas são decisões que envolvem questões de ordem pública com abrangência ampla e que visam à satisfação do interesse de uma coletividade. Amabile, (2012. p.390) destaca que “As políticas públicas são a concretização da ação governamental. Consideram atores formais e informais num curso de ação intencional que visa o alcance de determinado objetivo”.

Desta maneira, Política Pública é algo intencional com objetivos concretos, ou seja, decisões tomadas pelo Estado junto com a esfera pública e privada, com fins de assegurar alguns

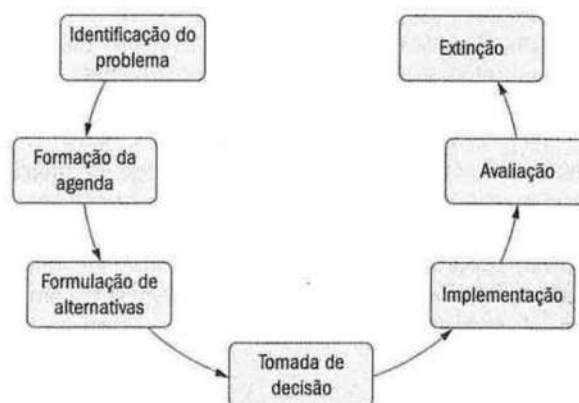
direitos dos cidadãos pertencentes a vários grupos sociais. Neste contexto, é o Estado que tomam as decisões de quais políticas implementar. Assim, o bem-estar da sociedade sempre será definido por ele e não pela sociedade.

As Políticas Públicas implicam em um processo de decisão, onde existem conflitos de interesses políticos, visto que é por meio desta que o Estado decide o que faz ou não com a sociedade. No viés administrativo é um conjunto de programas e atividades com um fim coletivo com participação direta ou indiretamente da sociedade civil, com o objetivo de solucionar um problema social ou não.

Segundo a definição de Política Pública de Laswell (*apud* SOUZA, 2006, p. 24) “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. Neste contexto, acredito que a política pública procura responder algo na sociedade, e essas respostas, positivas ou negativas, afetam todos nós cidadãos independentes de orientação sexual, raça, crença religiosa ou nível social, pois geralmente elas têm um viés político e administrativo, prevalecendo mais o político.

Durante sua construção, procura responder alguns questionamentos como quem será o foco e qual a diferença deste projeto na sociedade e, por fim, existe o momento de sua extinção, normalmente é quando o problema foi sanado por inteiro. É nas formulações das políticas públicas que conhecemos os projetos governamentais e as ações que produzirão mudanças reais na sociedade.

Secchi (2010) comenta que o processo de criação das Políticas Públicas segue uma série de fases, segundo ele, esse processo também é conhecido como ciclo de políticas públicas que facilita a organização de sua vida útil e obedece uma sequência de 7 (sete) fases interdependentes, como mostra o esquema abaixo;



Fonte: Secchi (2010, p.33)

Para se construir uma política pública de acordo com Secchi (2010) inicialmente é preciso *identificar (no sentido de dar visibilidade a) um problema* presente na sociedade,

geralmente esses problemas são os que mais chamam atenção da sociedade, que sensibilizada passa a buscar que tais problemáticas façam parte da agenda do Estado.

Durante a *formação da agenda*, organizam-se os problemas mais relevantes, analisam os recursos disponíveis para investimentos no tema proposto. Porém, nem tudo que consta na agenda é solucionado, muitas vezes os recursos financeiros não são suficientes para viabilização do projeto.

Na *formulação de alternativas* são apresentadas algumas soluções, ordenadas às prioridades e definido os objetivos. Também são estabelecidas as ações que serão necessárias, e são avaliadas as prováveis consequências que futuramente minimiza ou elimina o problema.

A *tomada de decisão* é o ápice do projeto, é neste momento que o interesse das pessoas envolvidas são equacionadas e as intenções são mostradas. São apresentados os recursos e o prazo máximo para ação do governo.

Com a *implementação* os planejamentos e as escolhas são transformados em ação, inicia-se a parte prática, em que são envolvidos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos para executar a política. Assim surgem os primeiros resultados da política pública.

Na *avaliação* acontece um dos momentos mais importantes para as políticas públicas, pois é realizado um julgamento do que foi executado. Esta fase tem a intenção de conhecer melhor o estado da política e o nível da redução do problema inicial, como também, averiguar se a proposta foi bem ou mal sucedida.

É necessário enfatizar que nem sempre os projetos assim como estão elaborados, são rigorosamente executados. Desta forma, para ter um acompanhamento mais efetivo, existem os Conselhos de Políticas Públicas, que garante o direito do cidadão na participação e na elaboração das Políticas Públicas. Existem os conselhos nacionais, estaduais e os municipais, que tem as funções de discutir as propostas, acompanhar e fiscalizar o dinheiro público. É nas reuniões que a sociedade civil discute junto com o poder público o que pode ser feito para solucionar determinado problema, sem participação social você não muda a sociedade. Em síntese, esses conselhos, fiscalizam os gastos das receitas que a União transfere para os municípios (Constituição Federal, 1988).

Passado este processo de criação e definição da política pública. Sintetizamos que, assim como no processo da vida humana existe um fim, na política pública também acontece a chamada *extinção*, quando o problema foi totalmente solucionado, ou quando os programas e as leis que mantém a política são ineficientes ou até mesmo quando o problema não foi resolvido, mas foi perdendo a importância com o passar dos anos, até sair da agenda política.

Autores como Lowi (1966), Azevedo (2003) Oliveira (2010), afirmam existir três tipos de Políticas Públicas: as *redistributivas*, as *distributivas* e as *regulatórias*. As políticas redistributivas é a redistribuição de renda na forma de recursos ou financiamentos de equipamentos e serviços públicos como; Programas de Bolsa Família; Bolsa-universitária; Cesta Básica; Renda Cidadã (serviço de transferência de renda temporária para famílias de baixa renda, até meio salário mensal); Isenção de IPTU; De taxas de energia e/ou água para famílias carentes.

Do ponto de vista da justiça social o seu financiamento deveria ser feito pelos estratos sociais de maior poder aquisitivo, de modo que se pudesse ocorrer, portanto, a redução das desigualdades sociais. No entanto, por conta do poder de organização e pressão desses estratos sociais, o financiamento dessas políticas acaba sendo feito pelo orçamento geral do ente estatal (união, estado federado ou município)” (OLIVEIRA, 2010, p.3).

As distributivas são ações cotidianas pontuais relacionadas aos serviços do estado e equipamentos que o governo precisa fazer. Neste caso é a sociedade quem financia, através de orçamentos públicos que visam beneficiar pequenos grupos de diversas camadas sociais. Esse tipo de política pública deve ser regulado pelo poder legislativo. Porém, os políticos utilizam as camadas mais pobres, as pessoas que apresentam necessidades individuais e representam a força daquele governo trocando esse assistencialismo por votos, essa política é mais utilizada na época eleitoral. Oliveira (2010, p.3) cita como exemplo de não assistencialismos as podas de árvores, os reparos em uma creche, a implementação de um projeto de educação ambiental ou a limpeza de um córrego, dentre outros.

Segundo Oliveira (2010) mediante a ação regulatória do legislativo o governo é autorizado a fazer ou não, determinando políticas públicas redistributiva ou distributiva. Temos como exemplo desta regulação a limitação de um serviço ou produto.

Um exemplo de Política redistributiva é Programa Bolsa Família - PBF, que visa a transferência de renda direta que beneficia várias famílias, sendo um dos programas mais populares do Brasil, cujo objetivo é mudar o cenário de pobreza e exclusão social que ainda existe em nosso país. O PBF foi criado em outubro de 2003, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, pela Medida Provisória nº 132/2003. Posteriormente foi institucionalizado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e, em seguida, regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Apresenta os seguintes objetivos:

- I - Garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza;
- II - Inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades;
- III – Promover acesso aos serviços públicos;
- IV - Melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias. (BRASIL, 2018¹).

A população alvo do PBF é constituída por famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. No ano de 2018, as famílias extremamente pobres eram aquelas que tinham renda mensal de até R\$ 89,00 por pessoa. Famílias com renda *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais, desde que tenham crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos (MDS, 2018).

Silva (2007) comenta que o Programa Bolsa Família é resultado da união de quatro programas federais de transferência de renda direta: o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação, e posteriormente o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). Para receber o benefício, as pessoas que estão em situação de extrema pobreza precisam estarem inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), programa esse que reúne informações sobre as famílias de baixa renda, as famílias que têm renda mensal de até meio salário-mínimo por pessoa, como também informações sobre os integrantes da família, as condições dos domicílios em que moram – o que permite que o governo conheça as reais condições da população inscrita.

Um dos elementos mais importantes do PBF são as condicionalidades que precisam ser cumpridas pelas famílias beneficiadas para que possam receber a bolsa mensal. As condicionalistas visam reforçar o compromisso e a responsabilidade, representando um exercício de direitos para que possa alcançar autonomia e inclusão social. (MDS, 2018).

As famílias que recebem o Bolsa Família precisam manter o cadastro sempre atualizado para continuar a receber o benefício. Mudanças na situação da família devem ser informadas, a qualquer tempo, no setor responsável pelo Bolsa Família na cidade em que a família mora. É necessário, ainda, a atualização do cadastro a cada dois anos ou quando acontece o nascimento ou morte de alguém na família; saída de um integrante para outra casa; mudança de endereço; entrada das crianças na escola ou transferência de escola; aumento ou diminuição da renda, entre outros. Se o cadastro ficar mais de dois anos sem atualização, a família será convocada para o processo de Revisão Cadastral. Periodicamente, o MDS faz o cruzamento entre a base do Cadastro Único e outros bancos de dados do governo. Aquelas famílias que apresentam

¹ BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social.

Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/como-funciona/como-funciona>>. Acesso em: 12 out. 2018.

diferenças nas informações cadastradas são convocadas para o processo de Averiguação Cadastral. (MDS, 2018)

Regularmente o Ministério do Desenvolvimento Social –MDS organiza os dados visando acompanhar o cumprimento das condicionalidades. Através das informações das famílias cadastradas no CadÚnico, o Sistema de Condicionalidades (Sicon) do MDS gera o público com perfil para acompanhamento das condicionalidades. Em seguida, o MDS envia para o Ministério de Educação (MEC) e para o Ministério da Saúde (MS) as listas com o público a ser acompanhado nas respectivas áreas. O envio ocorre por meio de sistemas específicos — Sistema Presença e Sistema de Gestão do PBF na Saúde, respectivamente —, e o MEC e o MS disponibilizam as informações aos municípios. Com base nas listas com a relação das famílias em seu território, os municípios realizam o acompanhamento, coletam os resultados da frequência escolar e do atendimento em saúde e os registram nos respectivos sistemas da saúde e da educação (MDS, 2018).

Outro critério importantíssimo para que as famílias não tenham o benefício cessado é a frequência escolar. Os alunos que fazem parte do PBF de 6 a 15 anos devem cumprir uma frequência escolar mensal mínima de 85%. Ou seja, os alunos devem cumprir essa porcentagem mínima mensal de presença, levando em consideração os dias letivos de cada mês, por exemplo; se o mês de julho tiver 21 dias letivos o aluno só poderá ter 03 (três) faltas, o que corresponde a 85% do total de dias letivos. Com relação aos jovens entre 16 e 17 anos os devem ter frequência de, no mínimo, 75%, assim no mês de julho eles podem ter 05 (cinco) faltas, correspondendo a 75% dos 21 dias letivos. Sobre as crianças de 0 a 6 anos, as mesmas deverão estar com o calendário de vacinação sempre atualizados, assim como os dados referentes ao peso e a altura.

Na área da educação o acompanhamento da frequência escolar dos beneficiários de 6 a 17 anos acontece através do *Sistema Presença*² cinco vezes ao ano, bimestralmente, excluindo-se os meses de dezembro e janeiro, destinados às férias escolares. Nos sistemas é possível incluir também as alterações com relação à transferência de aluno, ajuste de série escolar. No

² Sistema virtual que deve ser utilizado pelos agentes escolares para postagem das faltas dos alunos oriundos das famílias assistidas.

site do Ministério do Desenvolvimento Social – MDS é possível visualizar o calendário 2018 referente ao registro das faltas das crianças assistidas pelo Programa Bolsa Família (Ver tabela)

Tabela 01- calendário de registro de faltas

Período de Acompanhamento	Abertura do Sistema (Impressão do Formulário)	Abertura para registro	Fechamento do Sistema
Fev/Mar	14/03/2018	01/04/2018	26/04/2018
Abr/Mai	17/05/2018	01/06/2018	28/06/2018
Jun/Jul	16/07/2018	01/08/2018	23/08/2018
Ago/set	18/09/2018	01/10/2018	30/10/2018
Out/Nov	14/11/2018	20/11/2018	21/12/2018

Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>

O MDS é responsável por sistematizar os resultados do acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família, por meio do sistema Sicon, e por identificar as famílias em situação de descumprimento de condicionalidades, ou seja, aquelas que têm um ou mais integrantes que deixaram de cumprir os compromissos assumidos nas áreas de saúde ou de educação. Os estudantes com baixa frequência escolar, as crianças com calendário de vacinação e acompanhamento dos crescimentos desatualizados e as gestantes que não realizaram o pré-natal sinalizam ao poder público que, por algum motivo, estão com dificuldades de acessar esses serviços. A dificuldade de acesso pode ser um indício de que a família se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social (MDS, 2018).

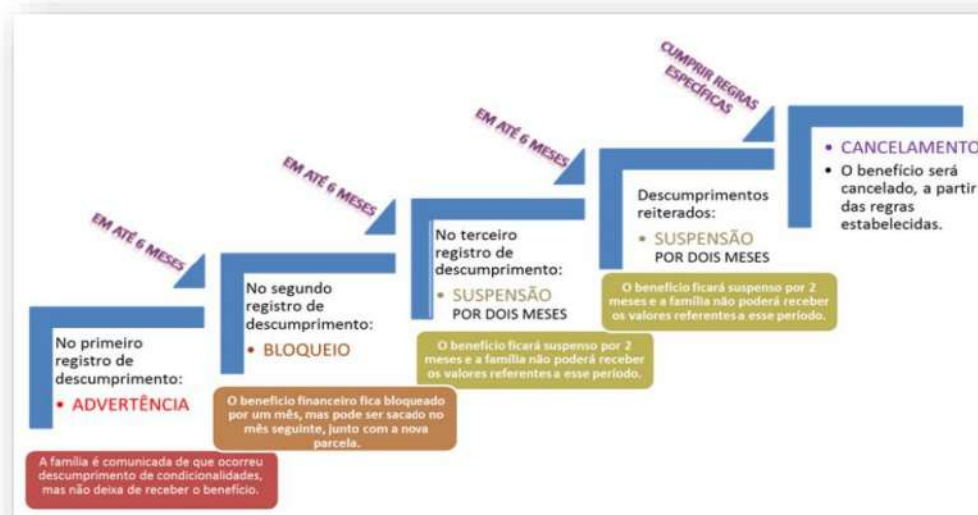
Quando uma família descumpra os compromissos do Bolsa Família, são aplicados efeitos que podem causar repercussão nos benefícios. Esses efeitos são gradativos e variam conforme o histórico de descumprimento da família, registrado no Sicon. Lá, o gestor municipal tem acesso a todos os descumprimentos e repercussões sobre o benefício de determinada família. Os efeitos dos descumprimentos são:

- **Advertência:** a família é comunicada de que algum integrante deixou de cumprir condicionalidades, mas não deixa de receber o benefício;
- **Bloqueio:** o benefício fica bloqueado por um mês, mas pode ser sacado no mês seguinte junto com a nova parcela;
- **Suspensão:** o benefício fica suspenso por dois meses, e a família não poderá receber os valores referentes a esse período;

- **Cancelamento:** a família deixa de participar do PBF

Para a progressão de um efeito para o seguinte, considera-se o intervalo de seis meses. Por exemplo, caso uma família tenha sido advertida, em março de 2018, e venha a incorrer em um novo descumprimento, em período inferior ou igual a seis meses (ou seja, até setembro de 2018), o efeito progride para bloqueio. Mas, se o novo descumprimento ocorrer em prazo superior a seis meses, o efeito será a advertência, isto é, reinicia-se a aplicação gradativa dos efeitos. O prazo de seis meses, no entanto, não vale para a progressão da suspensão para o cancelamento, que obedece a regras específicas (Ver o organograma 01 abaixo).

Organograma 01- condicionalidades do PBF



Fonte: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/condicionalidades>

As famílias também podem entrar com recursos quando o motivo de descumprimentos for passível de alguma justificativa, seja por conta de um evento que fugiu ao controle, seja por um erro no registro dos dados, no sistema. Tais recursos devem ser apresentados, até o último dia útil do mês seguinte ao da repercussão. Ele deve ser registrado e avaliado pela gestão municipal no Sicon. A atividade deve ser feita pelo Gestor Municipal do PBF ou por outro profissional indicado por ele. Caso o recurso seja aceito, o último efeito de descumprimento é anulado e a família poderá, se for o caso, receber o benefício financeiro referente a esse período. A gestão municipal do PBF poderá reconhecer, mesmo se a família não tiver apresentado recurso, erros comprovados no registro de condicionalidades, anulando, no Sicon, os efeitos no

histórico da família e sobre o benefício financeiro, por meio da funcionalidade de recurso (MDS, 2018).

Uma das condicionalidades importantíssimas para o cenário socioeconômico do país é quando o desligamento das famílias ocorre por iniciativa própria, porque as mesmas dirigem-se até ao setor responsável pelo programa e notifica que não precisa da bolsa, assim subentende-se que esta família superou o nível de pobreza no qual se encontrava.

Segundo o balanço do Ministério do Desenvolvimento Social realizado no ano de 2015 em 11 anos, 3.155.201 famílias saíram voluntariamente do programa. Outras 3.029.165 famílias tiveram o benefício cancelado desde 2003, sobretudo por estarem fora do perfil de acesso ao programa e terem renda acima do limite de mensal por pessoa. Essas famílias foram identificadas nos processos de monitoramento e controle realizados rotineiramente pelo MDS. Comprova-se também que o programa está atingindo seu principal objetivo que é tirar as famílias do nível de pobreza extrema e promover acesso a acesso à saúde, educação e assistência social a todos/as.

Como mencionado anteriormente, o programa Bolsa Família foi criado no ano de 2003 no governo de Luís Inácio Lula da Silva, desde então, a população cadastrada no CadÚnico só aumenta e aos poucos os níveis socioeconômicos das famílias muda, segundo Neto e Oliveira (2018, p.14)

Ao longo do tempo, o PBF começou a ser aprimorado, podendo a cada ano, atingir um maior número de famílias. Acompanhando este crescimento, o número de famílias cadastradas na base do programa também aumentou, como consequência da maior abrangência e dos aprendizados adquiridos pelos agentes envolvidos na gestão das atividades do PBF.

Neto e Oliveira (2018, p. 14) utilizando-se de dados do IPEA (2014) anotam que;

O Brasil mantinha historicamente uma taxa de pobreza de aproximadamente 34% desde 1995, e esse número começou a cair a partir de 2004, o que pode ser compreendido no reflexo das políticas sociais adotadas pelo Governo Federal, inclusive e primordialmente pelo Programa Bolsa Família.

Neste contexto, muitas famílias que antes do programa encontrava-se em situação de vulnerabilidade social passam a ter acesso à saúde, educação e a cidadania, fortalecendo os sentimentos de pertencer à cidadania gerada pelo cumprimento das condicionalidades. Com isso, rompem-se o ciclo de pobreza que perpassa as gerações dessas famílias. A educação também exerce papel importante para inclusão social das pessoas, visto que a educação é a condição principal para construção do conhecimento e formação integral do ser humano.

No entanto, não basta o programa exigir, como condicionalidade, a frequência à escola por parte das crianças das famílias beneficiadas. É preciso reconhecer que, historicamente, a escola pública brasileira tende a dificultar o acesso e a permanência nos bancos escolares, das crianças oriundas de famílias menos favorecidas economicamente. Conforme atestam os trabalhos de Patto (1995) as altas taxas de reprovação, evasão escolar e distorção idade-série não afeta igualmente a todas as crianças e adolescentes, mas principalmente crianças e adolescentes negros/as, pobres/as e das regiões norte e nordeste do país.

Esse fato nos leva a reconhecer que se por um lado, a exigência da frequência à escola por parte do Programa Bolsa Família acena para a efetivação do direito a educação por parte de crianças e adolescentes das classes trabalhadoras, por abrir a possibilidade de retirá-las/os das situações de vulnerabilidade e risco social (trabalho infantil, exploração sexual, exploração pelo tráfico de drogas e pelo crime organizado, etc.) garantindo seu acesso e permanência na escola, por outro lado, há necessidade de uma reorganização da instituição escolar no sentido de acolher verdadeiramente estes sujeitos em suas singularidades, de modo a que eles possam encontrar sentido em estar na escola, para que assim os índices de evasão escolar possa ser diminuído.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre o censo escolar realizado em 2017 dos alunos matriculados na 1ª e 2ª séries do Ensino Médio 12,9% e 12,7%, respectivamente, evadiram-se da escola de acordo com o Censo Escolar entre os anos de 2014 e 2015. O 9º ano do ensino fundamental tem a terceira maior taxa de evasão, 7,7%, seguido pela 3ª série do ensino médio, com 6,8%. Considerando todas as séries do ensino médio, a evasão chega a 11,2% do total de alunos nessa etapa de ensino.

É preciso Políticas Públicas educacionais para combater esses altos índices de evasão escolar. Neste sentido, a educação precisa ser de qualidade, atraente e não excludente, pois a falta de educação faz com que os cidadãos fiquem sujeitos à vulnerabilidade social. Não é apenas a pobreza que faz com que os alunos deixem de frequentar a escola, existe uma série de fatores que interferem neste processo. A limitação do acesso à educação gera vários problemas na sociedade, um deles é a violência. O combate à evasão escolar é um forte instrumento no combate a violência e a desigualdade social no país.

A evasão e a repetência podem acontecer por vários motivos como, a estrutura da escola, problemas pessoais ou sociais, drogas. Neste sentido, muitas vezes o estudante deixa de frequentar a escola porque sente a necessidade de ajudar seus pais nas despesas de casa, como bem específica Diagiácomo (2018, p. 01),

Possuindo diversas causas, que vão desde a necessidade de trabalho do aluno, como forma de complementar a renda da família, até a baixa qualidade do ensino, que desestimula aquele a frequentar as aulas, via de regra inexistem, salvo honrosas exceções, mecanismos efetivos e eficazes de combate à evasão escolar tanto a nível de escola quanto a nível de sistema de ensino, seja municipal, seja estadual.

Deve-se pensar na responsabilidade de todos os atores: Estado, escola e professores, para elaborar e fortalecer projetos e ações que favoreçam a permanência dos alunos nas instituições de ensino. Importante frisar que a relação família-escola, quando bem trabalhada, pode contribuir com este processo, no entanto, não cabe a escola uma postura fatalista e reducionista, culpabilizando o próprio aluno ou a família dos mesmos (tidas como desestruturadas) pelo fracasso escolar. À instituição escolar não pode, em hipótese alguma, abrir mão de seu papel social no sentido de favorecer a apropriação dos conhecimentos escolares para os alunos oriundos das classes trabalhadoras, inclusive entendendo que os indivíduos que frequentam um ambiente que promova algum tipo de educação formal ou informal terão suas chances de superação da pobreza e vulnerabilidade social aumentadas.

Portanto, as políticas públicas no contexto da educação formal são essenciais. A educação formal acontece nos espaços escolares institucionalizados, e exige o cumprimento de um currículo mínimo com objetivos mínimos de aprendizagem pré-estabelecidos. Segundo Oliveira (2010, p.5) “educação só é escolar quando ela for passível de delimitação por um sistema que é fruto de políticas públicas”. Neste entendimento, é importante ter-se um ambiente especializado e competente na garantia do processo de ensino/aprendizagem.

Atualmente existem diversos projetos do governo para garantir e incentivar o acesso e permanência das crianças e adolescentes na escola, um dos mais conhecidos em parceria com União, Estados e Municípios é o Programa Novo Mais Alfabetização. O programa foi criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 17/2017, é uma estratégia do Ministério da Educação que tem como objetivo melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, otimizando o tempo de permanência dos estudantes na escola.

Este ano (2018) foi implementado por meio da realização de acompanhamento pedagógico em Língua Portuguesa e Matemática e do desenvolvimento de atividades nos campos de artes, cultura, esporte e lazer, impulsionando a melhoria do desempenho educacional mediante a complementação da carga horária em cinco ou quinze horas semanais no turno e contra turno escolar. O Programa tem por finalidade contribuir para: I - alfabetização, ampliação do letramento e melhoria do desempenho em língua portuguesa e matemática das

crianças e dos adolescentes, por meio de acompanhamento pedagógico específico; II - redução do abandono, da reprovação, da distorção idade/ano, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria do rendimento e desempenho escolar; III - melhoria dos resultados de aprendizagem do ensino fundamental, nos anos iniciais e finais – 3º e o 9º ano do ensino fundamental regular. IV - ampliação do período de permanência dos alunos na escola. (BRASIL, 2018)

Freire (1998) comenta que somente o ensino público, gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não sejam tão díspares. Desta forma, a escola precisa elaborar estratégias para atrair crianças e adolescentes, garantindo a esses sujeitos a apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela sociedade e que são tidos como requisitos para a participação na vida social. A escola deve proporcionar um ambiente em que a aprendizagem seja prazerosa aliando teoria e prática. Trabalhar com a realidade local, contextualizando sempre o momento histórico, para que a educação exerça seu principal objetivo, que é formar cidadãos críticos e reflexivo diante do momento histórico em que se encontram.

Cabe chamar a atenção aqui para a importância do Projeto Político Pedagógico - PPP da escola, pois ele é quem dá o norte as práticas das instituições escolares, funcionando como guia para as ações pedagógicas da escola em relação com o contexto na qual a mesma está inserida.

Além do PPP, também o espaço físico da escola também é um fator importante, ele deve ser atraente, com laboratórios, refeitórios, uma área de lazer. No entanto, mesmo reconhecendo a importância do espaço físico e, dessa forma, a importância da luta dos agentes escolares e familiares por um espaço escolar minimamente estruturado, a ausência de estruturas não pode funcionar como alibi para uma postura fatalista por parte dos agentes escolares, isto é, para uma postura centrada na ideia de que como não temos... (laboratório, refeitório etc., etc., etc.) e como a escola está sucateada, então, não há nada que possamos fazer.

Um dos elementos que mais influenciam o processo ensino-aprendizagem está relacionado a competência dos professores, competência aqui entendida como conhecimentos, habilidades e atitudes. Como lembra Paulo Freire (1996), ensinar exige competência. Também Mello (1982), em livro já considerado clássico, nos acena que a docência é construída com competência técnica (saber fazer), compromisso político e sensibilidade.

Nesse sentido, chamo a atenção para a importância da formação (inicial e continuada) dos professores que atuam na educação básica e da necessidade de uma política pública que viesse ao encontro dessa mesma formação. Aqui é preciso denunciar os desenhos das atuais políticas de formação de professores especialmente quando as mesmas são pautadas em

formações aligeiradas, feitas geralmente em finais de semana, sem o respeito aos requisitos mínimos requeridos por uma verdadeira formação, ao não preparar os professores para a realidade contemporânea da educação, principalmente quando consideramos essa geração de alunos que nasceram na era tecnológica³. Uma boa escola passa, necessariamente, por bons professores e bons professores demanda uma formação inicial sólida bem como espaços de formação continuada que devem ser garantidos nos planos de cargos, salários e carreiras.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa teve como lócus uma escola localizada em um pequeno município da região do Brejo Paraibano, cuja população, de 13.740 (IBGE, 2012) tem como principais fontes de renda a agricultura, os empregos urbanos e as transferências governamentais (aposentadorias,

³ Levando em consideração esses aspectos, se a escola não for atraente e tecnológica o bastante para prender a atenção desses jovens, a mesma não terá sentido para suas vidas. Por isso, enfatizo a importância da formação continuada, pois através dela o professor terá acesso a novas teorias que fortaleceram sua didática na sala de aula

pensões, auxílios e programas sociais). A fim de preservar a identidade dos atores, a escola será aqui denominada de Escola Santana. A escola consta com;

Etapas de Ensino **segundo dados do Censo/2017**

- Educação Infantil
 - Pré-escola
- Ensino Fundamental
 - Ensino Fundamental - Anos Iniciais

Infraestrutura - **segundo dados do Censo/2017**

- Alimentação escolar para os alunos
- Água filtrada
- Água da rede pública
- Energia da rede pública
- Fossa
- Lixo destinado à coleta periódica
- Acesso à Internet

Equipamentos - **segundo dados do Censo/2017**

- Computadores administrativos
- TV
- DVD
- Aparelho de som
- Projetor multimídia (datashow)
- Câmera fotográfica/filmadora

Dependências - **segundo dados do Censo/2017**

- 10 salas de aulas
- 31 funcionários
- Sala de diretoria
- Sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- Cozinha
- Banheiro dentro do prédio
- Banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Dependências e vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida
- Sala de secretaria

- Despensa
- Almoxarifado
- Auditório
- Pátio coberto
- Pátio descoberto
- Lavanderia

Segundo dados fornecidos, de forma informal, pela secretaria da escola, a instituição acolhe, atualmente, 436 alunos (distribuídos entre a pré-escola e os primeiros anos do ensino fundamental), sendo que 51% deste quantitativo são oriundos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

O foco da pesquisa são os alunos do 4º ano do ensino fundamental, os quais estão divididos em três turmas, duas das quais funcionam no turno da manhã e uma no turno da tarde. As três turmas totalizam 84 crianças o que representa 19% em relação a totalidade dos alunos atendidos pela escola. Para coletar as informações sobre a assiduidade e desempenho escolar dos educandos, fiz uma análise do diário de classe de cada turma, levando em consideração as médias do primeiro semestre das disciplinas de português e matemática. Fiz, ainda, uma planilha para os alunos que são beneficiados com o Bolsa Família e os que não são, com objetivo de averiguar possíveis diferenças no desempenho educacional dos mesmos.

Com a gestora e os pais fiz uma breve entrevista semiestruturada com intuito de coletar informações referentes ao programa e sua influência na vida e na escola. Com os professores foi aplicado um questionário contendo questões abertas para que as professoras sentissem mais autonomia na argumentação.

3.1 ENTREVISTA COM A GESTORA

Com o intuito de conhecer melhor a gestão e como se desenvolve a relação da escola com a família beneficiada pelo programa, o presente trabalho se preocupou em analisar o que os diferentes atores da escola pensam sobre o PBF, sobretudo no que diz respeito ao desempenho escolar dos alunos que recebem o auxílio.

Através de entrevista semiestruturada realizada com a gestora escolar, foi coletada várias informações que me permitiram fazer uma análise do perfil da mesma. Durante a

entrevista foi possível coletar informações referente ao programa, assiduidade e desenvolvimento dos alunos e por último sobre os pais.

Em vários momentos durante a entrevista pude perceber que gestora reconhece o papel relevante que o Programa Bolsa Família desempenha na vida das famílias mais carentes, Segundo a mesma “programa bolsa família é um programa muito bom, que beneficia milhões de pessoas”.

No entanto, o discurso da gestora é perpassado por uma ambiguidade, pois ao mesmo tempo em que reconhece a importância do programa, afirma que o mesmo contribui para a acomodação dos membros das famílias beneficiárias. A gestora afirma que “esse programa é um comodismo para as pessoas, que às vezes poderiam ter um emprego e às vezes não procuram um trabalho porque se acomodam com aquele mínimo dinheiro”.

Essa visão de que o Programa Bolsa Família leva a acomodação é bastante presente no senso comum. Queiróz (2011, p. 24), anota que no ano de 2006, o próprio arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, declarou em entrevista que o programa tinha um caráter assistencialista favorecendo a acomodação e a dependência das famílias beneficiadas. Para Queiróz (2011) tal visão negativa sobre o programa tem relação direta com o fato de que, podendo contar com uma renda garantida, os beneficiados já não se subordinam automaticamente a realização de trabalhos precários e mal pagos, isto é, a algumas situações de exploração de sua força de trabalho, sobretudo, quando tais trabalhos têm um caráter humilhante e pouco atrativo financeiramente. Tal recusa passa então a ser lida como sinal de preguiça que seria motivada pelo programa.

Para a autora em destaque (QUEIRÓZ, 2011) dados do Ministério do Desenvolvimento Social e também do Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais – IBASE não sustentam a relação entre o Programa Bolsa Família e um grau maior de acomodação por parte dos beneficiários. O que os dados revelam é que não há diferença entre a taxa de ocupação das famílias beneficiadas em relação à população que não é beneficiada pelo programa.

Com relação ao desempenho e a assiduidade dos alunos que são beneficiários, ela destaca que é relevante porque os alunos não faltam, e que os “pais obrigam as crianças a frequentarem a escola por medo de perder a bolsa”. Neste sentido, na visão da gestora, a escola não passa de um mero depósito de crianças, já que para os pais basta que a criança esteja na escola, ou seja, não haveria uma preocupação com o desempenho de seus filhos.

Mesmo afirmando que os pais ou responsáveis costumam frequentar as reuniões escolares que acontecem bimestralmente na escola, a gestora acrescenta que “geralmente os pais participam mais do que aqueles que não recebem, até porque eles estão preocupados não

com a aprendizagem em partes, e sim com o programa em si, com essa porcentagem que recebem mensalmente por isso que as vezes eu não concordo com o PBF”. Percebemos na fala que, o interesse dos pais não é em saber como está o desenvolvimento educacional da criança, e sim por medo de perder o benefício.

Tais afirmativas revelam um desconhecimento do cotidiano das famílias dos alunos, e também um processo de culpabilização dos pais e mães pelas dificuldades de aprendizagem das crianças. Essa concepção também é bastante presente no discurso de agentes escolares, embora não se sustente cientificamente.

Porém, podemos afirmar que a família é a base principal para formação do indivíduo como cidadão e como ser humano. A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho (EVANGELISTA; GOMES, 2003, p.203).

Sobre o desenvolvimento educacional do aluno que não participa do PBF não é diferente dos alunos que recebem. Neste sentido, o importante é que a criança desenvolva uma aprendizagem significativa, independente de classe social ou Política Pública Assistencialista.

Por mais que as famílias tenham medo de perder o benefício, segundo a gestora, na escola nunca aconteceu um caso de perda total da bolsa, mais aconteceram bloqueios devido a atualização cadastrais ou faltas.

Quando questionei a gestora sobre algumas sugestões de possíveis mudanças no benefício, segundo a mesma seria interessante que o governo exigisse certo nível de aprendizagem dos alunos, pois assim, o programa estaria interferindo na aprendizagem e não serviria apenas como um auxílio para as famílias. A gestora argumenta; “Se o governo federal exigisse a frequência escolar todos os meses do alunado como também passassem a exigir a aprendizagem”.

Com relação a esta fala, percebemos que aprender a ler e escrever tem como base principal o exercício permanente da coragem e persistência tanto do professor quanto do aluno diante de inúmeros obstáculos enfrentados na escola. Mas, apesar das dificuldades que são encontradas no ambiente escolar, é importante que a escola reflita sobre sua prática, pois sem detectar as possíveis falhas ou carências existentes em seu contexto, a escola continuará culpabilizando o aluno pelo seu próprio fracasso, assim como, a sua família e suas condições socioeconômicas.

3.2 QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS PROFESSORES DO 4º ANO.

Com os professores do 4º ano apliquei um questionário contendo 10 questões abertas com o objetivo de coletar informações referente a formação inicial e continuada, sobre o PBF, assim como informações sobre o perfil dos alunos e o papel da família do desenvolvimento educacional dos educandos.

O questionário foi aplicado aos professores das 03 (três) turmas do 4º ano, juntas as turmas totalizam 78 crianças. Optei por utilizar questões abertas no questionário porque neste tipo de pergunta o entrevistado sente mais liberdade em expressar sua opinião de forma ampla e pessoal do que com respostas pré-elaboradas.

Com relação as professoras entrevistadas, as mesmas possuem formação em nível superior, com pós-graduação. A faixa etária dos alunos varia entre 9 e 14 anos, levando em consideração a lei nº 11.274 que trata do ensino fundamental de 9 anos, percebemos que existe uma distorção entre idade e série, uma vez que a intenção é fazer com que aos seis anos de idade a criança esteja no primeiro ano do ensino fundamental e termine esta etapa de escolarização aos 14 anos.

As professoras concordam que é de extrema relevância a participação dos pais no desenvolvimento educacional dos filhos, segundo elas “as crianças que tem pais participativos tem um desenvolvimento bem melhor”, é relevante esta fala porque reforça a parceria entre escola e família para fomentar ainda mais o desenvolvimento educacional dos educandos.

Questionados sobre a importância do Programa Bolsa família para escola, todas afirmaram que é de grande importância, porém, destacam novamente a indignação com a falta de preocupação dos pais com o desenvolvimento educacional dos filhos.

Sobre o desempenho educacional dos alunos que recebem ou não o benefício as professoras argumentaram que não percebem muitas diferenças no desempenho educacional, porém, uma das professoras destaca que “Dois alunos que recebem o auxílio tem o desempenho baixo” isso pode acontecer por vários fatores, acredito que fazer parte ou não do programa interfira no desempenho. A inteligência é muito relativa e acontece de acordo com o contexto social e particular de cada indivíduo.

Porém, este pensamento é preocupante, embora gestores e os professores/as não tenham a intenção de discriminar ou rotular os alunos, existe um preconceito de forma inconsciente com relação ao contexto social, cultural e histórico do mesmo. Deste modo, muitas vezes a equipe escolar contribui na concretização de gestos e atitudes práticas que acabam por reforçar a autoimagem negativa do aluno. É importante considerar a importância dos docentes em sua

prática cotidiana, em relação aos obstáculos vivenciados no contexto educacional. Mello (apud Melchior, 2004, p. 22) destaca que:

Os professores não sabendo encontrar as soluções para as dificuldades reais de aprendizagem, limitam-se a prever o fracasso, mas dificilmente assumem sua própria incapacidade e devolvem para o aluno, por meio de justificativas estereotipadas e preconceituosas, a culpa por este fracasso.

O professor preocupado com o desempenho deve sempre buscar novas metodologias para que suas aulas não se tornem monótonas, e nossa realidade pede isto. Cada dia surge novas ideias, tecnológicas e o professor deve acompanhar essa evolução, caso contrário o estudante não terá prazer algum em frequentar aquele ambiente, pois as crianças e adolescente hoje estão imersos em um mundo de tecnologias bem mais atraentes que a escola de modelo tradicional. Freitas (2002, p 4) destaca que:

A utilização por parte do professor no trabalho em classe de mídias e ferramentas computacionais contribui para a consolidação para o processo de ensino-aprendizagem. Esses recursos quando bem utilizados provocam alterações dos comportamentos de docentes e discentes, contribuindo assim para a ampliação e maior aprofundamento do conteúdo estudado.

Embasado nesta teoria, acredito que as professoras da escola entrevistada buscam sempre novos instrumentos para melhorar as aulas e torná-las mais atraentes, segundo uma das entrevistadas, em suas aulas ela utiliza diversas metodologias e instrumentos, como “Gincana, dinâmicas, data show ou jogos com disputas. Quando a aula não é assim, eles dão bastante trabalho”.

As professoras também reforçaram a relevância do programa bolsa família para escola e para as famílias mais carentes, mais assim como a gestora, novamente surge importância de uma fiscalização maior do programa visto que segundo elas, algumas famílias têm condições e ainda assim recebem o benefício.

3.3 ENTREVISTAS COM OS PAIS

Embasado em algumas referências teóricas, afirmo que as políticas públicas sociais e de direitos fundamentais manifestam-se como essencial instrumento de desenvolvimento social e diminuição das desigualdades de qualquer país em condições econômicas e sociais de subdesenvolvimento.

De acordo com esta afirmação, através de entrevista semiestruturada busquei ouvir os pais dos alunos com objetivo de mostra a importância do PBF na vida dessas famílias de classe economicamente baixa.

Com base nas entrevistas realizadas pude constatar que o PBF é, de fato, essencial para as essas famílias. Visto que, assim que as mesmas começam a participar do programa, automaticamente acontece a ampliação de direitos sociais, possibilitando o acesso aos direitos básicos como alimentação, saúde e educação àqueles que anteriormente estavam desamparados com acesso limitado a esses direitos.

Os pais entrevistados valorizam muito o programa, até mesmo os que tiveram o benefício cessado, reconhecem a importância do mesmo para melhorar as condições de sobrevivência de sua família. Interrogado sobre o que você acha do PBF, uma das respostas foi “Bom, ajuda em tudo em casa, meu marido está desempregado e isso é o que ajuda”.

Nota-se que única fonte de renda desta família é o PBF, então questiono-me o que seria dessa família sem essa Bolsa? De fato, o programa tem ajudado bastante as famílias de classe economicamente baixa a sair do mapa da pobreza no país, ele tem um impacto decisivo no acesso aos bem e consumo das famílias, como também significa uma saída da situação de miséria, pobreza e incertezas provocadas por inúmeros problemas que possuem as mais diversas origens como sociais, políticas, culturais e econômicas que levaram a família a sofrer pela falta dos mínimos sociais necessários para a subsistência do núcleo familiar.

Outra fala bastante forte é quando a mãe afirma que “O PBF é muito bom. Antes as mães sofriam muito, pediam esmola, e hoje ele ajuda muito minha família, com ele pago meu aluguel porque não tenho casa”. Assim Ferreira (2018, p.3) comenta;

O PBF é um mecanismo de enfrentamento da pobreza e extrema pobreza, no intuito de suprir de modo mais imediato, as necessidades mais primárias das pessoas que vivem nestas condições sociais. No entanto, não se trata apenas de suprir tais necessidades, mas, também de atendê-los de modo mais amplo por meio de suas condicionalidades.

As condicionalidades são importantes porque garante as famílias que antes não tinham acesso aos direitos fundamentais, passam a ter acesso a área da educação, saúde e assistência social, já que, estas são as condicionalidades para participar do programa e também manter os dados atualizados no CadÚnico.

Outro ponto bastante relevante que levei em consideração na entrevista foi sobre a importância da escola na vida das famílias beneficias, as falas são muito parecidas, todas falam de um futuro melhor através da educação, pois a escola ensina o que os pais não podem ensinar

aos filhos. Segundo uma mãe “A escola é importante porque para ter educação, ter um futuro melhor, ser doutor. E fora dele, ele pode ser um traficante”. Percebe-se que os pais se preocupam realmente com a escolarização de seus filhos, isso contradiz a fala dos docentes e da gestão escola, quando em suas falas relatam que os pais se preocupam apenas em receber o benefício. Saviani contribui para esta discussão quando salienta:

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem se organizar a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo, poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, é uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber é aprender a ler e escrever. Além disso, é preciso também aprender a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas) (1995, p. 19).

Assim, a escola deve proporcionar um espaço de ensino e aprendizagem que favoreça a criação de novas ideias, soluções e reflexões do contexto histórico. Feitos isso, estará cumprindo sua função social de realização individual e profissional do indivíduo. É na escola que acontece a principal mediação do conhecimento historicamente produzido favorecendo a mudança de um “status” social menos favorecido. Visto que, é através da educação que as pessoas terão um futuro melhor.

3.4 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DO 4º ANO

Para compreender o desenvolvimento educacional dos alunos que recebem ou não o PBF, fiz uma sondagem das médias das disciplinas de Língua Portuguesa e matemática do 1º e 2º bimestre de todos os alunos matriculados, organizei os dados em tabelas para facilitar a nossa compreensão. Foram 03 (três) turmas de estudantes do 4º ano que totalizam 78 crianças, deste quantitativo, apenas 14 crianças não recebem o benefício. Ver gráfico 01

Gráfico 01 - Quantidade de alunos beneficiados e não beneficiados do PBF



Fonte dos dados: Pesquisa da autora.

Para conhecer como está o desempenho dos alunos do 4º ano, fiz uma planilha contendo as médias das disciplinas de português e matemática do 1º e 2º bimestre, levando em consideração que a média final das disciplinas para que os estudantes possam ser aprovados no final do bimestre seja 7,0 (sete), constatei que o desempenho educacional dos alunos/as beneficiados ou não, têm o desempenho bom.

Organizei os dados coletados nos diários das professoras em tabelas para facilitar a compreensão.

Tabela 02 – Rendimento dos alunos em Língua Portuguesa (1º e 2º Semestre)

Língua Portuguesa (notas)	1º Semestre				2º Bimestre			
	Alunos Beneficiados pelo PBF		Alunos não beneficiados pelo PBF		Alunos beneficiados pelo PBF		Alunos não beneficiados pelo PBF	
	<i>F</i>	%	<i>F</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
-5,0	2	3	2	14	7	11	2	14
5,0 – 7,0	20	31	3	22	10	16	1	07
Acima de 7,0	42	66	9	64	47	73	11	79
Total	64	100	14	100	64	100	14	100

Fonte dos dados: Pesquisa da autora.

Tabela 03 – Rendimento dos alunos em Matemática (1º e 2º Semestre)

Matemática (notas)	1º Semestre				2º Bimestre			
	Alunos beneficiados pelo PBF		Alunos não beneficiados pelo PBF		Alunos beneficiados pelo PBF		Alunos não beneficiados pelo PBF	
	<i>f</i>	%	<i>F</i>	%	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
-5,0	5	8	0	0	4	6	1	7
5,0 – 7,0	14	22	4	29	13	20	2	14
Acima de 7,0	45	70	10	71	47	74	11	79
Total	64	100	14	100	64	100	14	100

Fonte dos dados: Pesquisa da autora.

Analisando as tabelas acima, percebemos que não há diferença estaticamente significativa no desempenho educacional entre os dois grupos de alunos. Logo, o PBF de fato não interfere no aprendizado.

Tomando como linha norteadora os aspectos apontados anteriormente, pode-se dizer que um elemento importante a se considerar no contexto escolar diz respeito à relação professor-aluno, uma vez que todo processo de aprendizagem perpassa pelas relações estabelecidas entre os envolvidos.

Embora na escola muitas outras relações se estabeleçam, considera-se aquela que envolve o professor e o aluno é uma das principais, uma vez que o professor é a figura central, dentro desse contexto, e responsável por formalizar as interações do aluno com o conhecimento.

Assim, pode-se inferir que a bolsa possibilita a permanência de alunos na escola, mais não garante que a aprendizagem de fato aconteça, porém, isso vai depender também da prática escolar nas quais a aprendizagem se dá, ou seja, condições didáticas-pedagógicas e escolares.

Então, podemos concluir que independente de receber PBF, os alunos têm um bom desenvolvimento nas disciplinas analisadas. Porém, como as mães já relataram nas entrevistas analisadas anteriormente, o PBF ajuda muito em tudo. Seguindo este pensamento, o Bolsa Família influencia positivamente na relação escola e família.

O posicionamento dessas mães se mostrou tão ou mais adequado em relação a importância motivadora do PBF no que se refere ao interesse dos alunos e das famílias pelos estudos, pois nos revela que essas mães têm a convicção de que o processo ensino/aprendizagem pode mudar a realidade socioeconômica dos seus filhos futuramente. Não podemos esquecer-nos das condicionalidades do PBF que reforça a obrigação dos pais em manterem seus filhos frequentando o ambiente educacional, e cumprindo a frequência mínima escolar.

3.5 ASSIDUIDADES DOS ALUNOS DO 4º ANO

Como citado anteriormente, os alunos que fazem parte do PBF de 6 a 15 anos devem cumprir uma frequência escolar mensal mínima de 85%. Ou seja, os alunos devem cumprir essa porcentagem mensal de faltas levando em consideração os dias letivos de cada mês, por exemplo; se o mês de julho tiver 21 dias letivos o aluno só poderá ter 03 (três) faltas, o que corresponde a 85% do total de dias letivos. Com relação aos jovens entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%, assim no mês de julho eles podem ter 05 (cinco) faltas, correspondendo a 75% dos 21 dias letivos.

Dessa forma, busquei nos diários de classe das professoras coletar informações referentes as faltas, com foco especial para os alunos que participam do Programa Bolsa Família. Levei em consideração apenas as faltas de fevereiro e junho, visto que este era o período para coleta de dados do presente trabalho. Ver o gráfico 02 abaixo.

Tabela 04- Assiduidade dos alunos do 4º ano de Fevereiro a Junho

	Quantidade de alunos	Faltas	%
Alunos beneficiados pelo PBF	64	192	82
Alunos não beneficiados pelo PBF	14	48	18
Total	78	240	100

Fonte dos dados: Pesquisa da autora.

É perceptível que os alunos que são beneficiados pelo PBF, são bem mais faltosos do que os que não são beneficiados. Isso é preocupante, visto que uma das condicionalidades do programa é justamente a frequência escolar destes alunos. Neste contexto, na busca de uma melhor compreensão desses dados acima mencionados, busquei ouvir os pais dos alunos. Durante as entrevistas perguntei se os seus filhos tinham alguma dificuldade de frequentar a escola, e todos responderam que “Não!”.

Quando questionei a gestora da escola se há casos de crianças que tiveram sua bolsa bloqueada ou cancelada devido à baixa frequência escolar, ela respondeu da seguinte forma: “Não! Até agora nós nunca tivemos casos de alunos que perderam totalmente o PBF, temos casos de bloqueio, mais perca ainda não”. Isso mostra que as condicionalidades do programa de fato estão sendo cumpridas.

Mesmo assim fica o questionamento, o que faz com que esses alunos não sejam assíduos na escola? Pois, como relatado anteriormente no texto, os próprios professores utilizam diversas metodologias para que as aulas não se tornem monótonas.

Diante desse fato acima mencionado não basta apenas o PBF ser uma das condicionalidades para ter acesso ao benefício, equipe escola também precisa estar envolvida na tentativa de fazer com que estes alunos sintam vontade de permanecer naquele ambiente.

A escola precisa refletir sobre sua prática, por isso, ao perceberem a baixa motivação dos alunos para estudar e/ou dificuldades frequentes de aprendizagem precisam desempenhar esforços para solucionar este problema, a direção, a equipe pedagógica e professores devem fazer isto para conseguir com que a frequência e aprovação dos alunos assegurem a permanência deles no ambiente educacional.

Neste caso, é essencial a construção de Políticas Públicas necessárias para garantir uma transformação na estrutura do ambiente educacional, a fim de assegurar as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem de todos os estudantes, reafirmando-se o direito de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento deste trabalho foi possível perceber a importância das Políticas Públicas na sociedade, visto que as mesmas visam ações que buscam assegurar os direitos sociais daqueles que muitas vezes não conseguem ter acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, lazer, segurança, moradia, dentre outros.

Na tentativa de solucionar este problema, foi criado o Programa Bolsa Família - PBF, que visa a transferência de renda direta que beneficia várias famílias, sendo um dos programas mais populares do Brasil, cujo objetivo é mudar o cenário de pobreza e exclusão social que ainda existe em nosso país.

Assim, através da pesquisa pude constatar que o PBF tem um impacto bastante positivo no que tange ao acesso e permanência dos alunos na escola, porém, o mesmo não é garantia de rendimento educacional dos alunos. Assim, é preciso que a equipe escolar reflita sobre sua prática educacional.

Outro ponto relevante é a questão da assiduidade dos alunos, mesmo sendo uma das condicionalidades do programa a frequência escolar, os alunos têm uma quantidade de falta bastante expressiva, porém, segundo a gestora da escola, nunca houve casos de perda total do benefício, apenas bloqueios.

Contrariando minha hipótese inicial na qual pensava erroneamente, assim como as professoras e a gestora da escola sobre as famílias estarem preocupadas apenas em receber o benefício, esquecendo-se de dá importância para o desempenho escolar dos filhos. Durante a entrevista essa hipótese foi negada, percebi o quanto os pais se preocupam com a educação dos filhos para que eles possam ter um futuro melhor, se muitos pais não frequentam a escola é por falta de tempo ou por estarem trabalhando.

Por fim, dada a relevância deste estudo, é possível fazer uma comparação sobre a importância do programa na vida das famílias mais pobres, e deixar essa visão que o senso comum tem de que as pessoas que são beneficiadas pelo programa são acomodadas, pelo contrário, as famílias tem uma certa autonomia e autoestima elevada com o auxílio da bolsa, assim, não se subordinam a trabalhos precários e mal pagos.

REFERÊNCIAS

ABRAS, I.B.; SÁ, M.A. **Programa bolsa família**: educação de crianças e adolescentes em situação de pobreza em idade escolar. Belo Horizonte, v.8, n02, p.62-78, jul./dez.2016. Disponível em: <<http://www3.izabelahendrix.edu.br/ojs/index.php/fdc/article/viewFile/1177/pdf>> Acesso em: 15 jan. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Mais de 3 milhões de famílias deixam voluntariamente Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/04/mais-de-3-milhoes-de-familias-deixam-Bolsa-familia>> Acesso em: 21 nov.2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Programa Bolsa Família**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>>. Acesso em: 21 nov. 2018.

CAMPELLO, Tereza . **Faces da Desigualdade no Brasil Um olhar sobre os que ficam para trás**. Disponível em: <[http://209.177.156.169/libros/Faces da desigualdade no brasil.pdf](http://209.177.156.169/libros/Faces_da_desigualdade_no_brasil.pdf)> Acesso em: 01 ago. 2018.

Cozer, R. C. (2003). **A visão da escola sobre a interação com as famílias dos alunos**: o cenário das primeiras séries do ensino fundamental. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Dicionário de políticas públicas / Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012.242f. ISBN:978-85-62578-17-5.

FERREIRA, Ana Beuna. **Impactos do Programa Bolsa Família na vida de seus Beneficiários**. Disponível em: <<http://epds.ufms.br/wp-content/uploads/anaiscontroiepds/pdfs/03254447140.pdf>> Acesso em: 21 nov. 2018.

FREITAS, Maria do Carmo. **Pobreza e Exclusão Social**. Disponível em:<<http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009017.pdf>> Acesso em: 16 jul. 2018.

FREITAS, Suellem Raquel de. **Programa bolsa família e condicionalidade educação**: primeiras aproximações. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo4_SUELLEM-RAQUEL-DE-FREITAS.pdf> Acesso em: 20 jul. 2018.

FREITAS, Renival Vieira de. **As novas tecnologias na educação**: desafios atuais para a prática docente. Disponível em: <http://educonse.com.br/2010/eixo_09/e9-89.pdf> Acesso em: 28. Nov.2018

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6 ed. São Paulo; Cortez, 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.

INEP- **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Disponível em: < http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/inep-divulga-dados-ineditos-sobre-fluxo-escolar-na-educacao-basica/21206> Acesso em: 21 nov. 2018.

LUKÁCS, George. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MELLO, Guimor Namó. **Magistério de 1º grau: da competência técnica ao compromisso político**. São Paulo: Autores Associados, 1982.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: Conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Texto publicado no livro “Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas”. Editora da PUC Goiás: 2010, páginas 93-99.

PATTO, Maria Helena de Sousa. **A produção do fracasso escolar**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1995.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038 9. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

_____. **Programa Bolsa Família : uma década de inclusão e cidadania** / organizadores: Tereza Campello, Marcelo Côrtes Neri. – Brasília : Ipea, 2013. 494 p. : gráfs., mapas, tabs. Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7811-186-1.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas e análises, casos práticos**. São Paulo. Cengage Learning, 2012. reimpr.da1.de 2010. ISBN 9788522110797.

SCALON, Celi. **Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate**. Contemporânea ISSN: 2236-532X n. 1 p. 49-68. Jan.–Jun. 2011

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**. vol.12, n.6, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a04.pdf>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45

APÊNDICE – Questionário.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA-UEPB
CAMPUS III – GUARABIRA
CENTRO DE HUMANIDADES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ALUNA: Suzana dos Santos Cirilo

ORIENTADORA: Prof.^a Dr. Marcelo
Saturnino da Silva

QUESTIONÁRIO

- Solicitamos-lhe por gentileza, que responda este questionário como parte integrante da minha pesquisa sobre o Programa Bolsa Família **AGRADECEMOS A SUA SOLICITUDE.**

IDENTIFICAÇÃO:

- Nome (ou iniciais): _____
- Sexo F () M ()

1. Qual sua é a sua formação?

2. Você tem alguma pós-graduação?

3. Qual a faixa etária dos seus alunos?

4. Você acredita que é importante os pais participarem do desenvolvimento educacional dos filhos?

5. Você tem algum aluno que recebe o Bolsa Família que é repetente?

6. Qual a importância do Programa Bolsa Família para a escola?

7. Você acha que o desempenho do aluno que é beneficiário é diferente do que não é beneficiário?

8. O que você faz para aula torna-se mais atraente para o aluno?

9. O que você acha do programa Bolsa Família?

10. O que você mudaria no Programa?
